



CÓD: OP-020JH-22
7908403523832

GABARITANDO

550 QUESTÕES GABARITADAS

Direito Administrativo

ÍNDICE

Conceitos - Direito Administrativo Estado, Governo E Administração Pública	5
Organização Administrativa	17
Bens Públicos	27
Contratos Administrativos	33
Licitações	43
Controle Da Administração Pública	53
Atos Administrativos	65
Agentes Públicos (Servidores)	77
Serviços Públicos	87
Poderes Da Administração Pública	99
Regime Jurídico-Administrativo	111
Responsabilidade Civil Do Estado	123

CONCEITOS - DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONCEITOS - DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - JURÍDICA)

O Estado é formado pela junção de três elementos originários e indissociáveis, que são

- (A) território, autonomia e Constituição Federal.
- (B) autonomia, povo e governo.
- (C) Constituição Federal, governo e autonomia.
- (D) território, povo e governo.
- (E) povo, Constituição Federal e território.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - JURÍDICA)

O direito administrativo é um conjunto de normas e princípios que rege a atuação da administração pública. Assinale a opção que indica apenas as fontes do direito administrativo.

- (A) lei, jurisprudência, normas e regras
- (B) costumes, regras, jurisprudência e normas
- (C) jurisprudência, costumes, lei e doutrina
- (D) normas, lei, doutrina e regras
- (E) lei, normas, jurisprudência e doutrina

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

Considerando-se o entendimento doutrinário acerca do regime jurídico administrativo adotado no Brasil, o Direito Administrativo pressupõe, na bipolaridade antagônica,

- (A) liberdade do administrado e autoridade do administrado.
- (B) liberdade da Administração e autoridade do Estado.
- (C) liberdade do Estado e autoridade da Administração.
- (D) liberdade do administrado e autoridade da Administração.
- (E) liberdade da Administração e autoridade do administrado.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

Acerca da teoria geral de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

I O direito brasileiro tem forte influência do direito francês, havendo adotado o sistema de contencioso administrativo francês.

II A administração pública em sentido subjetivo consiste no conjunto de atividades administrativas exercidas pelo Estado.

III Atos administrativos normativos constituem fonte do direito administrativo.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

5. (CESPE - 2019 - TCE-RO - AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO)

Na literatura que trata do papel do Estado, identificam-se elementos que apontam as características do Estado do bem-estar e as características do Estado regulador. Há aspectos que apontam que o Estado regulador, que representaria uma alternativa ao esgotamento do paradigma do fornecimento de bens e serviços pelo Estado, seria a superação do Estado do bem-estar. Em uma discussão preliminar, é correto afirmar que, no Brasil, os aspectos do Estado regulador encontram-se destacados no(a)

- (A) desregulamentação de setores econômicos para o estabelecimento de maior concorrência.
- (B) estabelecimento de metas de desempenho individual para os servidores, objetivando a melhoria do setor regulado.
- (C) autonomia, no regime administrativo diferenciado e na constituição de mecanismos de controle.
- (D) responsividade, na descentralização e em poucos níveis hierárquicos.
- (E) formulação e análise de políticas públicas para os setores regulados.

6. (CESPE - 2019 - CGE - CE - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL)

- O Estado-rede caracteriza-se por
- (A) concentrar o poder decisório em órgãos federais.
 - (B) promover a departamentalização de suas políticas públicas.
 - (C) fortalecer a centralidade de atividades meio.
 - (D) compartilhar a autoridade com uma série de instituições.
 - (E) implementar processos decisórios hierárquicos.

7. (CESPE - 2018 - SEFAZ-RS - TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL - PROVA 2)

O direito administrativo é formado por muitos conceitos, princípios, elementos, fontes e poderes. As principais fontes formais do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, são

- (A) os princípios gerais de direito, a jurisprudência, a lei e os atos normativos da administração.
- (B) os costumes, a lei e os atos normativos da administração.
- (C) a Constituição, a lei e os costumes.
- (D) a doutrina, a jurisprudência e a Constituição.
- (E) a Constituição, a lei e os atos normativos da administração pública.

8. (CESPE - 2018 - SEFAZ-RS - TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL - PROVA 2)

Uma vez que o direito administrativo brasileiro foi influenciado pelo direito estrangeiro, é correto afirmar que exprime a força do direito alemão no direito administrativo pátrio

- (A) a submissão da administração pública ao controle jurisdicional.
- (B) o conceito nacional de serviço público.
- (C) o conceito nacional de autarquia e de entidade paraestatal.
- (D) a forma de aplicação do princípio da segurança jurídica.
- (E) o mandado de segurança.

9. (CESPE - 2018 - TCE-MG - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO)

As tarefas precípua da administração pública incluem

- (A) a prestação de serviços públicos e a fiscalização contábil.
- (B) a realização de atividades de fomento e a prestação de serviços públicos.
- (C) a rejeição normativa e a aprovação orçamentária.
- (D) o incentivo setorial e a solução de conflitos normativos.
- (E) o exercício do poder jurisdicional e do poder de polícia.

10. (CESPE - 2018 - TCE-MG - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO)

Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, assinale a opção correta.

- (A) No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.
- (B) O direito administrativo disciplina direitos consolidados e estáveis.
- (C) O objeto do direito administrativo é o estudo da função administrativa.
- (D) O direito administrativo é ramo recente do direito e a aplicabilidade da legislação a ele pertinente restringe-se ao Poder Executivo.
- (E) As leis e normas do direito administrativo encontram-se consolidadas em código específico.

11. (CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - ADMINISTRADOR)

Na evolução da Administração Pública em diversos contextos mundiais, há um elemento fundamental que baliza o entendimento da necessidade da superação do patrimonialismo.

- É uma característica central do patrimonialismo
- (A) contratar pessoal com base em regras explícitas que garantam igualdade formal.
 - (B) definir racionalmente funções e responsabilidades por leis ou regulamentos.
 - (C) manter a sobreposição da esfera pessoal, privada e familiar frente à esfera pública e ao trabalho.
 - (D) organizar, de forma estável e duradoura, grande número de prestadores de serviços, cada qual com uma função especializada.
 - (E) separar formalmente a função das características pessoais do indivíduo que a ocupa.

12. (CESGRANRIO - 2014 - FINEP - ASSISTENTE - APOIO ADMINISTRATIVO)

Para muitos teóricos, o Bem comum só se realiza no âmbito do Estado. Nesse sentido, Bem comum é entendido como

- (A) o que se define por meio da Técnica Administrativa.
- (B) o que se determina exclusivamente por meio da Gestão Operacional.
- (C) o que se almeja alcançar em vista da realização pessoal.
- (D) o fim último da Administração Pública.
- (E) um objetivo secundário da Administração Pública.

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATOS ADMINISTRATIVOS

1.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/JURÍDICA/2022)

Conceitualmente, ato administrativo

(A) é a declaração do Estado ou de quem o represente, a qual produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito ao controle pelo Poder Judiciário.

(B) é aquele que decorre de acontecimentos naturais que independam do ser humano.

(C) ocorre quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal.

(D) ocorre quando o fato descrito na norma produz efeitos no campo do direito administrativo.

(E) é todo ato praticado no exercício da função administrativa.

2.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO AMBIENTAL (ICM-BIO)/2022)

Acerca do conceito de ato administrativo, julgue o item a seguir.

Ato administrativo é aquele que decorre de acontecimentos naturais que independam do ser humano.

() CERTO

() ERRADO

3.(CEBRASPE (CESPE) - SOLDADO POLICIAL MILITAR (PM AL)/2021)

Com relação a conceitos e disposições inerentes ao direito administrativo, julgue o item subsequente.

Não há na doutrina majoritária quaisquer distinções entre os conceitos de atos administrativos, fatos administrativos e atos da administração, uma vez que todos eles produzem efeitos administrativos.

() CERTO

() ERRADO

4.(IBFC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TRE PA)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2020)

Ponto de Exclamação Atenção: Esta é uma questão com gabarito preliminar.

No que diz respeito aos atos da Administração e aos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo:

I. A expressão "ato da Administração" tem servido mais amplo do que a expressão "ato administrativo", que abrange apenas determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa.

II. Os atos de direito privados exercidos pela Administração Pública são espécies dos chamados "atos da Administração".

III. É possível definir ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Assinale a alternativa correta.

(A) As afirmativas I, II e III estão corretas

(B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

(C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

(D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

5.(CEBRASPE (CESPE) - DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL/2019)

Acerca de atos administrativos, serviços públicos e intervenção do Estado na propriedade, julgue o item seguinte.

Comando ou posicionamento emitido oralmente por agente público, no exercício de função administrativa e manifestando sua vontade, não pode ser considerado ato administrativo.

() CERTO

() ERRADO

6.(FCC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TRF 4ª REGIÃO)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2019)

Os atos praticados pelos administradores de uma sociedade de economia mista, nesta qualidade,

(A) podem ter natureza de ato administrativo, a exemplo de decisões indeferindo requerimento de informações, formulado por particular, sobre os serviços públicos prestados pela empresa.

(B) têm natureza de ato administrativo discricionário, a exemplo da decisão que aprova a locação de imóveis da empresa que estejam desocupados.

(C) têm natureza vinculada quando se prestarem a autorizar a alienação de imóveis da empresa que não estejam sendo utilizados para atividades afetas a seu objeto social.

(D) estão sujeitos à revisão administrativa pela Administração direta, sempre que implicarem indeferimento de pleitos dos empregados públicos ou de particulares.

(E) estão sujeitos à hierarquia administrativa da Administração direta, porque praticados por pessoa jurídica integrante desta estrutura administrativa.

7.(FCC - ANALISTA ADMINISTRATIVO (SANASA)/SERVIÇOS JURÍDICOS/2019)

Um ato que produza efeitos jurídicos de natureza concreta e se consubstancie em exteriorização de vontade da Administração pública quando esta estiver agindo valendo-se de suas prerrogativas e restrições, enquadra-se na conceituação de ato

(A) da Administração, este que produz efeitos sob regime jurídico administrativo ou está sujeito ao direito comum, a depender de seu objeto.

(B) administrativo, cujo procedimento para sua edição é sempre implementado de forma complexa.

(C) material, cujos efeitos se exaurem com a execução da vontade.

(D) administrativo, o que não afasta a necessidade de observância de outros requisitos como condição de validade do mesmo.

(E) da Administração, cuja edição por agente incompetente constitui vício insanável de legalidade.

8.(INSTITUTO AOCP - AUXILIAR (PREF S BENTO DO SUL)/ADMINISTRATIVO/2019)

Em relação ao Conceito de Ato Administrativo, assinale a alternativa correta.

(A) É uma expressão utilizada para designar, em sentido amplo, os regimes de direito público e de direito privado a que se pode submeter a Administração Pública.

(B) Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.

(C) Assegura a todos o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

(D) É a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público.

9.(VUNESP - GESTOR DE CONTRATOS (PREF GUARATINGUETÁ)/2019)

Assinale a alternativa que descreve corretamente um típico ato administrativo.

(A) A locação de um imóvel para a instalação de um órgão público.

(B) A concessão de férias a um servidor público da Câmara Municipal.

(C) O voto de um Vereador durante a sessão legislativa.

(D) A expedição de um parecer da Assessoria Jurídica parlamentar.

(E) A execução de uma apreensão de mercadoria irregular pela Prefeitura.

10.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO JUDICIÁRIO (STM)/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Acerca do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos, julgue o item a seguir.

Em razão do princípio da tipicidade, é vedado à administração celebrar contratos inominados.

() CERTO

() ERRADO

11.(CESGRANRIO - PROFISSIONAL PETROBRAS DE NÍVEL SUPERIOR (PETROBRAS)/DIREITO/2018)

Conforme entendimento doutrinário, os atos administrativos

(A) subordinam-se ao fato jurídico do direito privado.

(B) são incompetentes quando considerados de interesse pessoal do administrador público.

(C) podem ser objeto de delegação em que conste a edição de atos de caráter normativo.

(D) permitem a exoneração do Servidor em estágio probatório, sem as formalidades de apuração de sua capacidade.

BENS PÚBLICOS

BENS PÚBLICOS

1.(UFMT - SOLDADO BOMBEIRO MILITAR (CBM MT)/2022)

Leia o seguinte texto:

“Bens públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público, isto é, União, Estados, Distrito Federal, Municípios, respectivas autarquias e fundações de Direito Público (estas últimas, aliás, não passam de autarquias designadas pela base estrutural que possuem), bem como os que, embora não pertencentes a tais pessoas, estejam afetados à prestação de um serviço público.

O conjunto de bens públicos forma o ‘domínio público’, que inclui tanto bens imóveis como móveis”.

(MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 15 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003).

Considerando a destinação atribuída aos bens públicos, os bens imóveis afetados a um serviço ou estabelecimento público, tais como as repartições públicas, são classificados pela legislação como bens

- (A) de uso especial.
- (B) de uso comum.
- (C) dominicais.
- (D) extraordinários.
- (E) tradicionais.

2.(UFMT - SOLDADO BOMBEIRO MILITAR (CBM MT)/2022)

Leia o texto abaixo:

“Bens públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de Direito Público, isto é, União, Estados, Distrito Federal, Municípios, respectivas autarquias e fundações de Direito Público (estas últimas, aliás, não passam de autarquias designadas pela base estrutural que possuem), bem como os que, embora não pertencentes a tais pessoas, estejam afetados à prestação de um serviço público.

O conjunto de bens públicos forma o ‘domínio público’, que inclui tanto bens imóveis como móveis”.

(MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 15 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.)

Sobre o regime jurídico dos bens públicos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial, enquanto afetados a uma finalidade pública, são inalienáveis, logo, integram o patrimônio indisponível dos entes públicos.

() Os bens públicos não podem ser atingidos por penhora, arresto ou sequestro, visto que a satisfação das dívidas do Poder Público decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado deverá ser realizada pelo regime de precatório.

() A regra da imprescritibilidade, segundo a qual os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião, não alcança os bens dominicais, pois estes não estão afetados a finalidade pública.

() A impossibilidade de oneração impede a incidência de gravames de direitos reais de garantia, razão pela qual ficam proibidos o penhor ou a hipoteca de bens públicos.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, F, V, F
- (B) V, F, F, V
- (C) F, V, V, F
- (D) F, V, F, F
- (E) V, V, F, V

3.(FGV - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (SSP AM)/2022)

Em matéria de classificação dos bens públicos quanto à sua destinação, é correto afirmar que o imóvel onde está sediada a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado Gama é um bem

- (A) de uso comum do povo, pois todos os cidadãos podem ser usuários do serviço público prestado.
- (B) de uso especial, porque é usado para prestação de serviço público pela Administração com finalidade pública.
- (C) dominical, porque tem uma destinação pública específica dirigida a toda coletividade.
- (D) afetado, porque não tem uma destinação pública específica, ficando a cargo do Secretário estadual definir quais serviços serão prestados pelos agentes lotados no órgão.
- (E) desafetado, porque tem uma destinação pública específica, ficando a cargo do Secretário estadual lotar os servidores públicos em cada setor do órgão.

4.(CPCON UEPB - AUXILIAR (PREF SOUSA)/GESTÃO/2022)

O conjunto de bens, direitos e obrigações formam o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica. Quantitativamente, pode ser representado pelo somatório dos bens e direitos (ativo) menos as obrigações (passivo). Com relação aos bens públicos, eles são formados por bens de qualquer natureza que sejam de interesse para a Administração Pública e para a população.

Associe as duas colunas, relacionando as divisões em categorias dos bens públicos à sua definição.

1. Uso Comum	() São os bens que constituem o patrimônio de pessoas jurídicas de direito público e são considerados para efeito de escrituração e registro contábil.
2. Uso Especial	() Bens que são destinados ao uso indistinto de toda a população, de forma direta e imediata, em caráter comunitário.
3. Dominicais	() Bens que são destinados à prestação de um serviço público. São disponibilizados à população com a intermediação da gestão pública

A sequência CORRETA dessa associação é:

- (A) (2), (3), (1).
- (B) (2), (1), (3).
- (C) (3), (2), (1).
- (D) (3), (1), (2).
- (E) (1), (3), (2).

5.(CPCON UEPB - AUXILIAR (PREF SOUSA)/GESTÃO/2022)

Marque a alternativa CORRETA que apresenta exemplo de um bem de uso especial na categoria de bens públicos:

- (A) Praça.
- (B) Rua.
- (C) Estrada.
- (D) Caixa (numerário).
- (E) Universidade.

6.(FGV - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Em matéria de classificação do bem público quanto à sua destinação, uma Delegacia de Polícia Civil situada no Centro da cidade de Manaus é classificada como bem

- (A) de uso especial, que é utilizado para prestação de serviço público pelo Estado aos cidadãos.
- (B) de uso comum do povo, que é utilizado ou colocado à disposição de toda população.
- (C) dominical, que é utilizado no serviço de segurança pública oferecido pelo Estado aos cidadãos.
- (D) desafetado, que é usado com a finalidade específica de prestação de serviço público pelo Estado aos cidadãos.
- (E) de uso extraordinário, que é utilizado ou colocado à disposição de toda população.

7.(GUALIMP - FISCAL TRIBUTÁRIO (PREF CARMO)/2022)

Qual opção se refere a bem público dominical?

- (A) Estrada.
- (B) Terra devoluta.
- (C) Prefeitura.
- (D) Hospital Municipal.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/OFICIAL DE DILIGÊNCIA/2022)

Acerca da gestão de contratos públicos, assinale a opção correta.

- (A) A dispensa de licitação é o único caso de contratação pública que prescinde do procedimento licitatório.
- (B) A estruturação e a atribuição de responsabilidade pelo gerenciamento são insuficientes para uma eficiente gestão de um contrato público.
- (C) Nos contratos e convênios públicos, os interesses são comuns.
- (D) O sistema de gestão de contratos públicos encerra-se no gerenciamento e acompanhamento de sua execução.
- (E) Cada contrato público deve ter um único fiscal responsável pela sua execução.

2.(VUNESP - AGENTE DE GESTÃO (PREF V PAULISTA)/TÉCNICO EM GESTÃO/2021)

O conceito de contrato, pela Lei no 8.666/1993, diz que “contrato é todo e qualquer entre órgãos ou entidades da Administração Pública e , em que haja um acordo de vontades para a formação de e estipulação de , seja qual for a denominação utilizada.”

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- (A) acordo ... particulares ... relacionamento ... vontades
- (B) ajuste ... agentes ... vínculo ... obrigações recíprocas
- (C) ajuste ... particulares ... relacionamento ... interesses recíprocos
- (D) acordo ... particulares ... vínculo ... interesses recíprocos
- (E) ajuste ... particulares ... vínculo ... obrigações recíprocas

3.(FGV - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ CE)/TÉCNICO-ADMINISTRATIVA/“SEM ESPECIALIDADE”/2019)

Um experiente executivo da iniciativa privada foi indicado para ser diretor de um órgão público. Uma de suas maiores dificuldades iniciais foi entender o processo licitatório e a posterior contratação.

O contrato administrativo é entendido como:

- (A) o ajuste de vontades firmado entre órgãos da Administração Pública, segundo regime jurídico de Direito Privado;
- (B) obrigatório, no caso de concorrência em tomada de preços, e é regido segundo regime jurídico de Direito Público;
- (C) aquele em que não é lícito alteração unilateral do contrato pela Administração, nem sua rescisão unilateral, e é regido segundo regime jurídico de Direito Privado;
- (D) aquele em que não é possível ter cláusulas exorbitantes, embora sejam cláusulas comuns em contratos particulares, e é regido segundo regime jurídico de Direito Privado;
- (E) todo ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculos e a estipulação de obrigações recíprocas, segundo regime jurídico de Direito Público.

4.(IBFC - ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL (SEPLAG SE)/2018)

Ter um contrato é fundamental para a prestação de serviços ou de fornecimento, especialmente no setor público. Além de constituir esses documentos da maneira certa, é exigido realizar a gestão dos contratos. Nestes termos, assinale a alternativa correta:

- (A) a gestão de contratos é atividade eminentemente privada, não se aplicando à administração pública
- (B) a gestão de contratos na Administração Pública compreende o gerenciamento, o acompanhamento e fiscalização da execução dos ajustes, desde a concepção do edital da licitação até a entrega e o recebimento do objeto contratado
- (C) o prazo de vigência dos contratos com a administração pública será sempre previsto em Lei
- (D) a Lei 8666/93 dispõe sobre os métodos para contratação com a Administração Pública mas não regula, em nenhum aspecto, a gestão dos contratos públicos

5.(FCC - TÉCNICO LEGISLATIVO (CL DF)/FOTÓGRAFO/2018 (E MAIS 2 CONCURSOS)

Apartando-se da discussão doutrinária existente quanto à matéria e admitindo-se a existência das categorias contratos privados da Administração e contratos administrativos,

- (A) aplicam-se indistinta e integralmente às duas categorias as normas publicísticas, em razão da presença da Administração pública nas relações jurídicas.
- (B) submetem-se a controle judicial e do Tribunal de Contas apenas os contratos administrativos, já os de direito privado da administração não estão submetidos a controle exercido pelas Cortes de Contas.
- (C) admitem forma escrita, cláusula obrigatória de prazo de vigência e formalização precedida de licitação para a segunda categoria apenas.
- (D) regem-se pelas normas da Lei nº 8.666/1993 apenas os contratos administrativos, sendo disciplinados exclusivamente pelo disposto no Código Civil os contratos privados da administração.
- (E) aplicam-se predominantemente as normas de direito privado aos primeiros e, no que couber e de forma derogada, as publicísticas.

6.(VUNESP - ANALISTA CONTÁBIL (PREF REGISTRO)/2018)

De acordo com a Lei no 8.666/93, todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada, é considerado como

- (A) um contrato.
- (B) uma complementação de empenho.
- (C) um ajuste de conduta.
- (D) um adendo ao orçamento.
- (E) um empenho adicional.

7.(FCC - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL (SEF SC)/AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO/2018 (E MAIS 2 CONCURSOS)

As relações e negócios jurídicos celebrados pela Administração pública são regidos pelo direito

- (A) público, ainda que se tratem de instrumentos ou institutos oriundos do direito privado, em razão da predominância do critério subjetivo para definição do regime jurídico aplicável.
- (B) privado, quando se tratar de atividade de intervenção no domínio econômico ou delegação de serviços públicos à iniciativa privada, a fim de não caracterizar tratamento diferenciado ou concorrência desleal.
- (C) público, tanto quanto pelo direito privado, pelo critério de prevalência de interesses, independentemente do objeto, incidindo o princípio da supremacia do interesse público.
- (D) privado, quando uma das partes for empresa estatal, e pelo direito público, quando se tratar de autarquias e fundações públicas.
- (E) público no que se refere ao exercício de suas funções típicas e prestação de serviços públicos, direta ou indiretamente, o que não se aplica à atividade-fim para sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que atuam em regular competição no mercado.

8.(INSTITUTO AOCP - ASSISTENTE (UNIR)/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2018)

Em sentido amplo, utiliza-se a expressão contratos da Administração para abranger todos os contratos celebrados pela Administração Pública. Entretanto a expressão contrato administrativo é mais restrita. Sobre contrato administrativo, julgue como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir. Um contrato administrativo possui características básicas, presentes em qualquer tipo de contrato, por exemplo, ser um acordo voluntário de vontades, formando uma vontade contratual unitária, condicionante e condicionada reciprocamente, e que coexistem no tempo.

- () CERTO
- () ERRADO

9.(VUNESP - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS (PREF GUARARAPES)/2018)

Pela Lei de Licitações Públicas (Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações) um ajuste entre órgão da Administração Municipal e um particular, para a execução de serviços mediante pagamento, seja qual for a denominação utilizada, é definido como

- (A) contrato.
- (B) ordem de serviço.
- (C) concessão pública.
- (D) protocolo de intenções.
- (E) parceria público-privada (PPP).

LICITAÇÕES

LICITAÇÕES

1.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/ADMINISTRAÇÃO/2022)

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao processo licitatório, com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

I. A exigência de reconhecimento de firma só ocorre quando há dúvida quanto à autenticidade da documentação.

II. Os valores utilizados deverão ser expressos em reais, independentemente do âmbito de realização da licitação.

III. A autenticidade de cópia de documento poderá ser comprovada mediante apresentação do original ao agente da administração.

IV. O descumprimento de normas formais não invalida o processo, desde que não comprometa o entendimento da proposta e a qualificação do licitante.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III, IV.

2.(VUNESP - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (PREF JUNDIAÍ)/2022)

Licitação é o processo por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações. Um dos principais objetivos da Licitação é

- (A) selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública.
- (B) priorizar a economia em detrimento da qualidade por não ser tão essencial.
- (C) conhecer novos fornecedores que possam trazer lucro à administração pública.
- (D) minimizar todo trabalho de pesquisa, busca e avaliação dos produtos.
- (E) apoiar e favorecer os fornecedores já conhecidos da organização.

3.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/ADMINISTRAÇÃO/2022)

No que se refere a administração de compras e materiais e assuntos correlatos, julgue o item subsequente.

No processo licitatório, é obrigatório que os licitantes apresentem reconhecimento de firma em todos os documentos oficiais.

- () Certo
- () Errado

4.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO (TCE-SC)/ADMINISTRAÇÃO/2022)

No que se refere a administração de compras e materiais e assuntos correlatos, julgue o item subsequente.

Admite-se que profissionais representados por cooperativas concorram em licitações.

- () Certo
- () Errado

5.(CEBRASPE (CESPE) - ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (TELEBRAS)/ENGENHEIRO CIVIL/2022)

Ao fiscalizar uma obra pública contratada por empreitada por preço global, com 10 meses de duração e valor orçado em 10 milhões de reais, o fiscal técnico observou que o critério de medição previa pagar por mês 10% do valor global. Porém, ao final do terceiro mês, a construtora havia executado apenas 20% da obra, mas pleiteou receber a medição de 1 milhão de reais, totalizando assim 30% do valor global. Além disso, o fiscal observou que a disponibilidade orçamentária para aquela obra era de apenas 9 milhões de reais, e que algumas quantidades da faixa C da curva ABC de serviços estavam maiores do que o previsto para serem executados. A respeito do caso hipotético apresentado, julgue o item subsequente.

Caso os juros de mora por atraso de pagamento sejam relativamente baixos, é justificável manter a execução do contrato com a disponibilidade orçamentária menor do que o valor da obra.

- () Certo
- () Errado

6.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO (PGE RJ)/PROCESSUAL/2022)

Julgue o item seguinte, pertinente à gestão de contratos e a processos licitatórios.

No processo licitatório, a fase de habilitação precede a fase de apresentação de lances.

() Certo

() Errado

7.(FCC - TÉCNICO EM GESTÃO PROCURATORIAL (PGE AM)/CONTABILIDADE/2022)

Conforme o art. 17 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação;

(A) de habilitação; de apresentação de propostas e lances; de julgamento; recursal; de adjudicação.

(B) de apresentação de propostas e lances; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.

(C) de apresentação de propostas e lances; de julgamento; de habilitação; recursal; de adjudicação.

(D) de apresentação de propostas e lances; de julgamento; de habilitação; de homologação; recursal.

(E) de apresentação de propostas e lances; de julgamento; recursal; de habilitação; de homologação.

8.(INSTITUTO AOCP - ANALISTA (FUNPRESP-JUD)/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/2021)

A licitação é um processo administrativo que pode ser utilizado pela gestão pública com o objetivo de garantir o tratamento isonômico, a melhor proposta, a promoção do desenvolvimento, por meio de critérios objetivos. Tudo isso, para concluir o processo, deve ser formalizado por meio de um contrato. Com base nessa questão, julgue o seguinte item.

O processo de licitação observará as seguintes fases: 1) preparatória; 2) de divulgação do edital de licitação; 3) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; 4) de julgamento; 5) de habilitação; 6) recursal; 7) de homologação.

() Certo

() Errado

9.(INSTITUTO AOCP - ANALISTA (FUNPRESP-JUD)/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/2021)

O processo de licitação possui modalidades e características específicas, com o objetivo de conduzir o processo de compra ou contratação de produtos e serviços necessários para a administração pública. Em relação ao tema, julgue o seguinte item.

A terceirização pode tratar de qualquer tipo de atividade, ou seja, instrumental ou finalística, desde que seja de interesse da administração pública contratante. No entanto é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

() Certo

() Errado

10.(FCC - ANALISTA PREVIDENCIÁRIO (MANAUS-PREV)/ADMINISTRAÇÃO/2021 (E MAIS 7 CONCURSOS)

A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei federal no 14.133/2021 estabelece que

(A) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.

(B) o autor do projeto básico poderá participar da licitação para a contratação da respectiva obra, sob qualquer modalidade.

(C) os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, qualquer que seja a natureza ou o regime de funcionamento ou de distribuição de receitas, poderão participar de procedimentos de licitação por ela regidos.

(D) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.

(E) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.

11.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO AMBIENTAL (IBAMA)/2022)

Com relação aos processos licitatórios, julgue o item seguinte.

Para o critério de reajuste contratual previsto no edital, admite-se a adoção de índices específicos ou setoriais.

() Certo

() Errado

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.(CEBRASPE (CESPE) - DELEGADO DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Assinale a opção correta acerca do controle da administração pública.

(A) Apenas a Constituição Federal de 1988 pode prever modalidades de controle externo da administração pública.

(B) As comissões parlamentares de inquérito possuem poder condenatório, sendo uma modalidade de controle legislativo, e estão aptas a investigar fatos determinados, em prazos fixados.

(C) A reclamação para anular ato administrativo que confronte súmula vinculante é uma modalidade de controle interno da atividade administrativa.

(D) Nas decisões das cortes de contas é facultativo o contraditório e a ampla defesa, não obstante a decisão provocar a anulação ou a revogação de ato administrativo que beneficie interessado.

(E) No exercício de sua função constitucional, o Tribunal de Contas, em processo de tomada de contas especial, pode decretar a indisponibilidade de bens, independentemente de fundamentação da decisão.

2.(CEBRASPE (CESPE) - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS/2022)

Acerca do controle da atividade desempenhada pela administração pública, assinale a opção correta.

(A) O controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário revela-se incompatível com o princípio da separação dos Poderes.

(B) O controle de mérito dos atos administrativos é atribuído exclusivamente ao Poder Judiciário.

(C) O controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Legislativo revela-se incompatível com o princípio da separação dos Poderes.

(D) O controle de legalidade dos atos administrativos é adstrito ao Poder Legislativo.

(E) O controle de mérito dos atos administrativos cabe à própria administração pública.

3.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO (TCE-RJ)/CONTROLE EXTERNO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS/2021 (E MAIS 3 CONCURSOS))

No que se refere a serviços públicos, organizações sociais, sociedade civil de interesse público e controle da administração pública, julgue o item seguinte.

A representação e a reclamação administrativas, bem como o pedido de reconsideração de recursos administrativos, são meios que possibilitam à administração pública exercer o controle de seus atos.

() CERTO

() ERRADO

4.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO (TCE-RJ)/CONTROLE EXTERNO/CONTROLE EXTERNO/2021)

Julgue o próximo item , a respeito de controle da administração pública.

No Brasil, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário são legitimados para exercer o controle externo, que deve ser efetuado por órgãos alheios à administração.

() CERTO

() ERRADO

5.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO (TCE-RJ)/CONTROLE EXTERNO/CONTROLE EXTERNO/2021)

Julgue o próximo item , a respeito de controle da administração pública.

Os ministérios públicos dos estados e da União não possuem competência para exercer o controle externo da administração pública.

() CERTO

() ERRADO

6.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO (TCE-RJ)/CONTROLE EXTERNO/CONTROLE EXTERNO/2021)

Julgue o próximo item, a respeito de controle da administração pública.

O poder de autotutela permite à administração pública rever os seus próprios atos quando estes forem ilegais, inoportunos ou inconvenientes; o poder de

tutela consiste na fiscalização exercida por órgão da administração direta sobre entidade da administração indireta, nos termos definidos em lei, para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais.

- CERTO
 ERRADO

7.(CEBRASPE (CESPE) - DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL/2021)

No que concerne a controle da administração pública, julgue o item subsequente.

Apenas a Constituição Federal de 1988 pode prever modalidades de controle externo.

- CERTO
 ERRADO

8.(FUNDEP - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE MG)/2021/LVIII)

Sobre o tema do controle da administração pública, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. Conforme Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal, os atos administrativos podem ser anulados, quando evitados de vícios que os tornem ilegais, bem como revogados, por motivo de conveniência e oportunidade, tanto na esfera administrativa, como na judicial, respeitados os direitos adquiridos.

II. Considerando-se que o ato administrativo tem presunção de legitimidade, pode-se dizer que, interposto recurso pelo administrado, somente haverá efeito suspensivo se houver previsão legal, caso em que ficará suspenso o prazo prescricional.

III. Tendo em conta a independência de instâncias, ainda que recebido no efeito suspensivo o recurso interposto na via administrativa, poderá o interessado recorrer à via judicial para a defesa de seu direito, visto que nenhuma lesão ou ameaça de lesão será excluída da apreciação do Poder Judiciário.

IV. Constitui exceção à independência de instâncias a absolvição levada a efeito no juízo criminal, qualquer que seja o fundamento, caso em que a responsabilidade do servidor será afastada na esfera administrativa.

- (A) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 (B) As assertivas I, II, III e IV estão incorretas.
 (C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 (D) Apenas a assertiva III está correta.

9.(CEBRASPE (CESPE) - AUDITOR FISCAL (SEFAZ CE)/JURÍDICO DA RECEITA ESTADUAL/2021)

Julgue o item a seguir, acerca de direito administrativo.

Em matéria de controle administrativo, os termos tutela e autotutela não se confundem. O primeiro refere-se ao controle que a administração direta exerce sobre a administração indireta. Já a autotutela corresponde ao poder que a administração tem de rever seus próprios atos para revogá-los ou anulá-los.

- CERTO
 ERRADO

10.(CEBRASPE (CESPE) - SOLDADO POLICIAL MILITAR (PM AL)/2021)

Com relação a conceitos e disposições inerentes ao direito administrativo, julgue o item subsequente.

O controle dos atos da administração pública somente pode ser exercido posteriormente à conduta praticada.

- CERTO
 ERRADO

11.(CEBRASPE (CESPE) - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE SC)/2021/42º)

Acerca do controle na administração pública, julgue o item subsequente.

Conforme o ordenamento jurídico brasileiro, os elementos discricionários dos atos administrativos são insuscetíveis de controle, salvo pelo agente responsável pela sua prática.

- CERTO
 ERRADO

12.(CEBRASPE (CESPE) - PROMOTOR DE JUSTIÇA (MPE SC)/2021/42º)

Acerca do controle na administração pública, julgue o item subsequente.

Sendo o controle externo aquele realizado por órgão que não pertence à estrutura do poder no qual o controle é realizado, é correto afirmar que o Ministério Público é um importante ator de controle externo da administração pública.

- CERTO
 ERRADO

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

Submetem-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive no que tange aos direitos e às obrigações de natureza civil, comercial, tributária e trabalhista,

- (A) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- (B) sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.
- (C) fundações públicas.
- (D) autarquias.
- (E) agências reguladoras.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - OFICIAL DE DILIGÊNCIA)

A Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO), criada mediante lei específica, possui personalidade jurídica própria de direito público, patrimônio e receita próprios, capacidade específica e restrita à sua área de atuação, bem como autonomia administrativa e financeira. A essa agência compete o poder de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados.

Com base no texto anterior, é correto afirmar que a AGERO é exemplo de

- (A) fundação pública.
- (B) fundação autárquica.
- (C) consórcio público.
- (D) autarquia.
- (E) empresa pública.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PI - DEFENSOR PÚBLICO)

Assinale a opção correta, a respeito da administração indireta.

- (A) É permitida a criação de autarquias por medida provisória, se houver urgência em descentralizar o poder estatal e formalizar atividades administrativas em caráter emergencial.
- (B) Os bens de fundação pública que sejam advindos de entes privados são considerados bens privados.
- (C) Agências reguladoras só podem ser criadas na esfera federal.
- (D) Sociedades de economia mista são, obrigatoriamente, organizadas sob a forma de sociedade anônima.
- (E) A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são exemplos de empresas públicas.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE)

Pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração indireta do Estado, criadas por autorização legal, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico, constituem

- (A) sociedades de economia mista.
- (B) autarquias.
- (C) órgãos.
- (D) fundações públicas.
- (E) empresas públicas.

5. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-CE - PROCURADOR DO ESTADO)

De acordo com a Lei n.º 11.107/2005, no caso de gestão associada de serviços públicos, será nula a cláusula do contrato de consórcio público que preveja que o estado consorciado fará, em benefício do consórcio, uma

- (A) doação de bens móveis infungíveis.
- (B) cessão de uso de bens imóveis desafetados.
- (C) contribuição financeira em numerário determinado, fora do rateio.
- (D) cessão de servidores públicos sujeitos a regime estatutário.

6. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-CE - PROCURADOR DO ESTADO)

Em determinada agência reguladora federal, foi recentemente empossado um ouvidor e este pediu ao órgão jurídico assessoramento acerca do seu correto âmbito de atuação.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação a ela pertinente, o ouvidor

(A) atuará sem subordinação hierárquica, podendo, excepcionalmente, exercer a função de controlador interno da agência, observada, em qualquer caso, a segregação de funções.

(B) terá mandato de cinco anos, vedada a recondução, no curso do qual somente perderá o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar.

(C) deverá acompanhar o processo interno de apuração de denúncias e reclamações dos interessados contra a atuação da agência e os pedidos de acesso à informação.

(D) terá acesso a todos os processos da agência reguladora.

7. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

As fundações públicas originariamente foram concebidas como entes

(A) da administração indireta, pessoa jurídica de direito privado, para promover desconcentração administrativa.

(B) da administração direta, pessoa jurídica de direito público, para promover descentralização administrativa.

(C) da administração direta, pessoa jurídica de direito público, para promover desconcentração administrativa.

(D) da administração indireta, pessoa jurídica de direito público, para promover descentralização administrativa.

(E) da administração indireta, pessoa jurídica de direito privado, para promover descentralização administrativa.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

A função social da empresa pública e da sociedade de economia mista da União compreende

(A) estabelecimento de práticas de governança corporativa.

(B) execução de atividades típicas da Administração Pública que requeiram gestão descentralizada.

(C) cumprimento de requisitos de transparência pública.

(D) gerência do patrimônio dos entes federativos, sem fins lucrativos.

(E) razões de interesse coletivo ou segurança nacional.

9. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

Na administração pública federal, a administração direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da

(A) Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

(B) Presidência da República e dos ministérios, apenas.

(C) Presidência da República, dos ministérios e das autarquias, apenas.

(D) Presidência da República, dos ministérios, das autarquias e das fundações públicas, apenas.

(E) Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas, apenas.

10. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - PROCURADOR DO ESTADO)

Muito embora cada setor regulado conte com suas peculiaridades, a Lei n.º 13.848/2019 surgiu como instrumento uniformizador da forma e dos instrumentos de atuação dos agentes reguladores, consagrando elevada autonomia decisória desses agentes frente à administração direta. Nesse sentido, à luz da Lei n.º 13.848/2019, assinale a opção correta com referência à autonomia e transparência das agências reguladoras.

(A) A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de subordinação hierárquica, autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, pela investidura a termo de seus dirigentes e a estabilidade durante os mandatos, estando ela sujeita apenas à tutela ministerial, que não a sujeitará a interferência nas suas competências finalísticas.

AGENTES PÚBLICOS (SERVIDORES)

AGENTES PÚBLICOS (SERVIDORES)

1.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO (PGE RJ)/PROCESSUAL/2022)

Ponto de Exclamação Atenção: Esta é uma questão com gabarito preliminar.

A respeito de Estado, governo e administração pública, da organização administrativa do Estado e dos agentes públicos, julgue o item subsequente.

Toda pessoa física que prestar serviço ao Estado, ainda que temporariamente, é considerada agente público.

- () CERTO
- () ERRADO

2.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJ RJ)/JUDICIAL/EXECUÇÃO DE MANDADOS/2021 (E MAIS 1 CONCURSO)

O conceito de funcionário público, para fins penais, (A) não alcança administrador de hospital credenciado para a prestação de serviços para o Sistema Único de Saúde.

(B) não alcança os titulares de cartório não abrangidos pelo regime estatutário.

(C) não alcança o depositário judicial nomeado como auxiliar do juízo para a guarda e conservação de bens penhorados.

(D) não alcança quem trabalha em função pública, sem remuneração.

(E) não alcança quem trabalha em cargo em comissão de empresa pública.

3.(FGV - FISCAL SANITÁRIO (PREF PAULÍNIA)/2021)

Na Administração Pública, entende-se por agente público:

(A) a instituição que emprega um servidor público para executar uma tarefa de interesse da sociedade.

(B) a pessoa física incumbida de exercer uma função administrativa que cabe ao Estado.

(C) o servidor responsável por contratar profissionais para exercer cargos públicos.

(D) o órgão regulador das instituições públicas, que atua com isonomia e sem interferência do governo.

(E) qualquer pessoa da sociedade para a qual as empresas estatais podem prestar serviço.

4.(VUNESP - PROCURADOR JURÍDICO (IPREMM)/2019)

Assinale a alternativa que contempla corretamente dois exemplos de servidores públicos em sentido estrito.

- (A) Defensores Públicos e Procuradores do Estado.
- (B) Policiais e Peritos Judiciais.
- (C) Deputados e Mesários da Justiça Eleitoral.
- (D) Conciliadores do Poder Judiciário e Juízes togados.
- (E) Leiloeiros e Titulares de Cartório.

5.(VUNESP - PROCURADOR (PREF VALINHOS)/GP/2019)

Com relação à função pública e aos cargos públicos, assinale a alternativa correta.

(A) A função pública tem cargos específicos, remunerados ou não, fixados em lei ou diploma a ela equivalente, entretanto, nem toda função pressupõe a existência do cargo.

(B) O cargo público é a atividade em si mesma, ou seja, cargo é sinônimo de atribuição e corresponde às inúmeras tarefas que constituem o objeto dos serviços prestados pela Administração, ocupado por servidor público, tendo funções específicas e remuneradas fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.

(C) A função pública é a atividade em si mesma, entretanto, função não é sinônimo de atribuição e corresponde a tarefas certas e determinadas, que não constituem o objeto dos serviços prestados pelos servidores públicos.

(D) Toda função tem um cargo, porque não se pode admitir um lugar na Administração que não tenha a pre-determinação das tarefas do servidor, ressaltando-se que a função poderá ser ocupada por servidor público, com funções específicas, remuneradas ou não, fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.

(E) Cargo público é o lugar dentro da organização funcional da Administração Direta e de suas autarquias e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções específicas e remuneradas fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.

6.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA MINISTERIAL (MPC TCE-PA)/COMUNICAÇÃO SOCIAL/2019)

No que concerne aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- (A) Um particular que exerce função pública, mesmo que sem remuneração e sem vínculo empregatício, atua como agente público.
- (B) Os agentes políticos restringem-se aos integrantes do Poder Legislativo da União, dos estados e dos municípios, eleitos periodicamente para mandatos temporários.
- (C) Considera-se agente público somente aquele que ocupa cargo ou emprego público.
- (D) Servidor público temporário não possui vínculo com a administração pública, mas exerce função relevante para ela.
- (E) O conceito de agente público é rígido, na medida em que obedece a rol taxativo previsto em lei específica.

7.(VUNESP - AGENTE ADMINISTRATIVO (CAMPINAS)/2019)

O exercício da função pública, que é cometida ao órgão ou à própria entidade, é realizado por pessoas físicas: agentes públicos. Assim, considera-se toda vinculada, a ao exercício de função pública.

Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, preenche as lacunas.

- (A) servidor público ... pessoa física ou jurídica ... definitivamente
- (B) órgão público ... pessoa física ou jurídica ... definitivamente
- (C) agente público ... pessoa física ... definitiva ou transitoriamente
- (D) agente público ... pessoa jurídica ... definitivamente
- (E) órgão público ... pessoa jurídica ... transitoriamente

8.(VUNESP - GESTOR DE CONTRATOS (PREF GUARATINGUETÁ)/2019)

Medusa assumiu um cargo público e deu início às atividades pertinentes às funções do seu cargo, praticando diversos atos administrativos que afetaram direitos de terceiros. Todavia, depois descobriu-se que Medusa havia falsificado o diploma de curso superior exigido para a posse do cargo público que assumiu. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que Medusa é considerada como

- (A) agente falso, e os atos por ela praticados são considerados nulos.
- (B) agente de direito, e os atos por ela praticados são válidos.
- (C) agente putativo, e os atos praticados por ela são inválidos.
- (D) agente de fato, e os atos praticados por ela são válidos.
- (E) agente de direito, e os atos praticados por ela são anuláveis.

9.(VUNESP - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ SP)/PROVIMENTO/2018/11º)

Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- (B) as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- (C) a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.
- (D) todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.

10.(FCC - CONSULTOR LEGISLATIVO (CL DF)/CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA/2018)

O conceito de agente público na extensão a este atualmente conferida pela Constituição da República, predica que

- (A) os militares, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, não mais se enquadram na definição de agentes públicos, sujeitos que estão a regime jurídico próprio, diverso dos servidores públicos.
- (B) os particulares que atuam em colaboração com a Administração, tais como aqueles convocados para prestação de serviço eleitoral, são agentes públicos, na medida em que exercem função pública, embora não se enquadrem na categoria de agente administrativo.
- (C) são considerados agentes administrativos apenas os detentores de mandato eletivo e seus auxiliares diretos, também denominados agentes políticos, diversamente dos agentes públicos que detêm vínculo funcional com a Administração, denominados servidores públicos.

SERVIÇOS PÚBLICOS

SERVIÇOS PÚBLICOS

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-DF - ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - DIREITO) Acerca da responsabilidade civil do Estado, dos serviços públicos e da organização administrativa, julgue o seguinte item.

Os serviços públicos possuem finalidade precípua de atendimento aos interesses da coletividade, razão pela qual se verifica a incidência do regime de direito público, ainda que em graus variados, conforme a natureza do serviço prestado.

- CERTO
 ERRADO

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-DF - ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - DIREITO) Acerca da responsabilidade civil do Estado, dos serviços públicos e da organização administrativa, julgue o seguinte item.

A responsabilização civil do Estado pressupõe, conjunta e necessariamente, as implicações penais e administrativas decorrentes do dano.

- CERTO
 ERRADO

3. (FGV - 2022 - TCU - AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO) Após regular processo licitatório, a União celebrou, mediante parceria público-privada (PPP), com a sociedade empresária Alfa contrato administrativo de concessão de serviço público, na modalidade patrocinada, precedida de obra pública. O contrato tem por objeto a manutenção de determinada rodovia federal, havendo, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

De acordo com a legislação de regência, entre as cláusulas do mencionado contrato, deve constar:

- (A) a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
(B) a sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria, vedada a repartição objetiva de riscos entre as partes;

(C) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a cinco, nem superior a quinze anos, incluindo eventual prorrogação;

(D) a realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas, pela mitigação das cláusulas exorbitantes neste tipo de concessão;

(E) a proibição de compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado, em razão do equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO) Determinado poder público municipal constatou que o serviço de transporte público sob concessão não estava sendo prestado de forma adequada e que a concessionária do serviço não estava cumprindo fielmente as normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. O órgão competente avaliou que seriam necessários ajustes pontuais na prestação do serviço, sem a necessidade da extinção da concessão, até por conta do risco de solução de continuidade na prestação de serviço essencial.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.987/1995, considerando a avaliação do órgão competente, o poder público poderá

(A) realizar a intervenção na concessão, por meio de decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

(B) realizar a encampação, por motivo de interesse público, mediante decreto específico do poder concedente, após prévio pagamento da indenização relativa aos bens reversíveis, descontado o valor das multas contratuais e de eventuais danos causados pela concessionária.

(C) realizar a intervenção na concessão, mediante lei autorizativa específica, que disporá sobre o prazo da intervenção, os objetivos e limites da medida, incumbindo ao chefe do Poder Executivo estadual a designação, mediante decreto, do interventor.

(D) declarar a caducidade da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, se houver dano.

(E) declarar a caducidade da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após pagamento da indenização relativa aos bens reversíveis, descontado o valor das multas contratuais e de eventuais danos causados pela concessionária

5. (VUNESP - 2022 - PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP - PROCURADOR MUNICIPAL - EDITAL Nº 002) No tocante à concessão de serviço público, considerando a legislação que rege a matéria, é correto afirmar:

(A) a alteração da alíquota do imposto sobre a renda, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

(B) em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o contratado deverá buscar o seu restabelecimento por meio de ação revisional.

(C) é vedado ao poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias.

(D) as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

(E) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão estabelecidas regularmente pelo poder concedente

6. (FUNDATEC - 2022 - PREFEITURA DE ESTEIO - RS - ADVOGADO - EDITAL Nº 02) Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta, à luz do disposto na referida Lei.

(A) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, seletividade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

(B) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas na Lei e no edital, vedada sua fixação no contrato.

(C) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, inclusive impostos sobre a renda, comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

(D) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

(E) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, exceto a arbitragem.

7. (OBJETIVA - 2022 - PREFEITURA DE VARGINHA - MG - PROCURADOR MUNICIPAL) Sobre serviços públicos, de acordo com DI PIETRO, analisar os itens abaixo:

I. É o Estado, por meio da lei, que escolhe as atividades que, em determinado momento, serão consideradas serviços públicos.

II. A noção de serviço público não permaneceu estática no tempo; ocorreu uma ampliação na sua abrangência, incluindo atividades de natureza comercial, industrial e social.

(A) Os itens I e II estão corretos.

(B) Somente o item I está correto.

(C) Somente o item II está correto.

(D) Os itens I e II estão incorretos.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MJSP - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO)

Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) e acerca de parcerias público-privadas e princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

A continuidade dos serviços públicos é um princípio implícito na administração pública, embora não possua caráter absoluto.

() CERTO

() ERRADO

9. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MJSP - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO) Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) e acerca de parcerias público-privadas e princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

Determinado órgão público pretende celebrar parceria público-privada para contratação de prestação de serviços em que a administração pública será a usuária indireta. Nessa situação hipotética, haverá a concessão na modalidade administrativa, que deverá cumprir tempo e valor mínimos para sua execução, ambos previstos em lei.

() CERTO

() ERRADO

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA)

Conforme art. 144, § 4.º, da CF, “às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”. Em face desse dispositivo e do regime jurídico do poder de polícia, é correto afirmar que

(A) lei pode delegar a pessoas jurídicas de direito privado parcelas do exercício do poder de polícia judiciária, segundo jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

(B) razões de interesse público — como urgência para preenchimento de vaga ou necessidade premente de certa investigação de grave crime contra direitos fundamentais — podem justificar a nomeação de comissionada de delegado de polícia.

(C) delegados de Polícia de carreira podem exercer polícia administrativa.

(D) a polícia judiciária não se confunde com a polícia administrativa, embora ambas decorram do exercício do poder de império tipicamente estatal, indelegável a entidades privadas.

(E) o poder de polícia administrativa vem sendo criticado na doutrina como uma reminiscência autoritária do direito administrativo. Por isso, há quem sustente que ele foi substituído pela ideia de regulação ou de ordenação. Esse entendimento foi vitorioso recentemente no caso BH Trans, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - OFICIAL DE DILIGÊNCIA)

A respeito do uso e do abuso de poder, assinale a opção correta.

(A) O abuso de poder somente pode revestir-se de forma comissiva.

(B) A prática de ato administrativo com abuso de poder será sempre passível de convalidação.

(C) Incurrerá em excesso de poder o administrador público que, buscando prestigiar interesse particular, decretar a desapropriação de determinado imóvel rural sob a alegação de interesse social.

(D) A invalidação da conduta abusiva deve ser realizada por meio de ação judicial, não cabendo a autotutela da administração pública.

(E) A falta de motivo de ato administrativo revela elemento indiciário do desvio de poder.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - OFICIAL DE DILIGÊNCIA)

A respeito do poder de polícia, julgue os itens subsequentes, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

I Não é válida a instituição de tarifa para remunerar atos administrativos praticados no âmbito do poder de polícia.

II A aplicação e cobrança de multa revelam exemplo de exercício do poder de polícia caracterizado pela autoexecutoriedade.

III A administração pública pode exercer o poder de polícia tanto por meio de atos normativos, tais quais os atos de consentimento denominados licença e autorização, quanto mediante atos concretos, como no caso das resoluções e instruções.

IV É constitucional a atribuição, às guardas municipais, do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

Estão certos apenas os itens

(A) I e IV.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I, II e III.

(E) I, II e IV.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MPE-TO - PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)

A respeito do poder de polícia, assinale a opção correta.

- (A) A discricionariedade, um dos atributos do poder de polícia, não está necessariamente presente em todas as suas manifestações.
- (B) O poder de polícia é prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, para a garantia do interesse público.
- (C) O poder de polícia difere da atividade de investigação criminal por possuir natureza exclusivamente preventiva.
- (D) A motivação do exercício do poder de polícia, por constituir aspecto discricionário, não é passível de controle judicial.
- (E) Devido às situações de urgência que demandam exercício da autoexecutoriedade do poder de polícia, esse atributo não se sujeita ao devido processo legal.

5. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO)

As determinações superiores dirigidas aos servidores públicos subordinados, a menos que sejam manifestamente ilegais, devem ser cumpridas. Essa relação de subordinação entre os agentes públicos configura

- (A) poder de polícia administrativo.
- (B) poder administrativo disciplinar.
- (C) abuso de poder administrativo.
- (D) poder administrativo hierárquico.
- (E) poder administrativo regulamentar.

6. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

O juízo de conveniência e oportunidade pelo administrador público decorre do exercício do poder

- (A) regulamentar.
- (B) de polícia.
- (C) discricionário.
- (D) disciplinar.
- (E) normativo.

7. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - PROCURADOR DO ESTADO)

Entre os poderes da administração pública, encontra-se o poder de polícia, que permite ao Estado restringir determinados direitos ou faculdades do cidadão. Nesse âmbito, os direitos que podem ser restringidos mediante o exercício do poder de polícia incluem o direito

- (A) de acessar livremente cargos públicos, quando ausentes os requisitos legais de preenchimento.
- (B) de propriedade.
- (C) ao acesso a informações ou documentos sobre terceiros, tais como certidões e assentamentos, desde que fundamentadamente.
- (D) de petição.
- (E) de ir e vir, em situação de flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - COREN-SE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Aplicação de sanção administrativa a pessoa qualquer do povo que descumpra normas de vigilância sanitária configura típico exercício do poder administrativo

- (A) disciplinar.
- (B) regulamentar.
- (C) hierárquico.
- (D) de polícia.

9. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-AL - PROCURADOR DO ESTADO)

Na hipótese de o dirigente de órgão público do estado de Alagoas delegar parte de sua competência, o ato de delegação

- (A) será válido mesmo sem publicação em meio oficial.
- (B) abrangerá decisão de recursos administrativos.
- (C) não representará renúncia de sua competência.
- (D) poderá restringir-se à edição de ato de caráter normativo.
- (E) será irrevogável no período da sua concessão.

REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO

1.(FGV - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (MPE GO)/2022)

Quando o Estado se relaciona com o particular em posição de supremacia, ou de verticalidade, em busca do cumprimento do interesse público, o Estado, além de adquirir prerrogativas específicas, deve se submeter a um conjunto de normas determinadas, caracterizando uma relação poder-dever.

A respeito dessa atuação em condição de superioridade do Estado, é correto afirmar que ela representa a submissão ao regime

- (A) de jurisdição dual.
- (B) contencioso administrativo.
- (C) confederativo.
- (D) jurídico administrativo.
- (E) common law.

2.(VUNESP - ESCRITURÁRIO (CODEN)/2021)

O Estado determina a esfera do poder público por intermédio do exercício de sua função legislativa; depois é determinada a esfera privada, por exclusão e residualmente. Essa ordem de precedência revela

- (A) a primazia do público sobre o privado.
- (B) a dicotomia entre público e privado.
- (C) o pilar da regulação do Estado.
- (D) o pilar da emancipação do Estado.
- (E) o fato do príncipe.

3.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 1 CONCURSO))

A respeito de Estado, governo e Administração Pública, julgue o item a seguir.

O princípio da indisponibilidade do interesse público confere à Administração Pública prerrogativas que a colocam em um patamar de superioridade com relação ao administrado, exigindo-lhe, contudo, que tais faculdades, além de visar ao interesse público, sejam impessoais e lastreadas na lei.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(CEBRASPE (CESPE) - OFICIAL (CBM AL)/2021)
Com base nos princípios do regime jurídico administrativo e nas regras relativas à contratação direta pela administração pública, julgue o item que se seguem.

O denominado regime jurídico administrativo compreende tudo aquilo que tanto o particular quanto a administração pública podem fazer, sendo caracterizado pela horizontalidade nas relações jurídicas e pela igualdade jurídica entre as partes.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(CEBRASPE (CESPE) - OFICIAL (CBM AL)/2021)

Com base nos princípios do regime jurídico administrativo e nas regras relativas à contratação direta pela administração pública, julgue o item que se seguem.

O princípio da indisponibilidade do interesse público é intrinsecamente ligado ao princípio da supremacia do interesse público, isto é, à incapacidade da administração de livremente dispor de bens e do interesse público sob sua tutela.

- () CERTO
- () ERRADO

6.(CEBRASPE (CESPE) - SOLDADO POLICIAL MILITAR (PM AL)/2021)

No que se refere aos preceitos relacionados ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

O regime jurídico administrativo compreende as prerrogativas e restrições às quais está sujeita a administração.

- () CERTO
- () ERRADO

7.(QUADRIX-FONOAUDIÓLOGO FISCAL(CREFONO 4)/2021)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com relação à Administração Pública e aos servidores públicos, julgue o item.

As condutas do Estado devem pautar-se pela satisfação das necessidades coletivas, o que traduz o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

- CERTO
 ERRADO

8.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CRESS 18 (SE))/2021)

Acerca do Estado, do governo e da Administração Pública, julgue o item.

O princípio da indisponibilidade do interesse público impede que o agente público atue com a intenção de buscar vantagens individuais.

- CERTO
 ERRADO

9.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CRF RR)/2021)

Julgue o item, relativos aos princípios do direito administrativo.

A supremacia do interesse público sobre o interesse privado é, além de um princípio do direito administrativo, também um princípio geral de direito.

- CERTO
 ERRADO

10.(SELECON - ANALISTA LEGISLATIVO (CM CUIABÁ)/2021)

Quim é assessor da Câmara Municipal do município BMN e recebe, para análise, projeto de lei que permite a utilização dos bens públicos municipais por particulares, como atividade econômica com intuito de lucro, sem cobrança de qualquer taxa pela municipalidade. Ebe, que é médico com atividade no município, não concorda com esse projeto. Nos termos dos princípios, aplicáveis ao Direito Administrativo, o projeto confronta o princípio da:

- (A) autonomia privada específica
(B) geração vinculada de renda
(C) indisponibilidade do interesse público
(D) legalidade direcionada ao cidadão

11.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL/2021/XIV)

O regime jurídico administrativo brasileiro é originado do sistema romano-germânico (civil law). Outro regime jurídico-administrativo existente é o regime jurídico-administrativo anglo-saxão (common law), o qual postula

- (A) a existência de responsabilidade civil do Estado por atos que pratica.
(B) que a descentralização das entidades locais é essencial a esse regime, absorvendo tais entidades a grande maioria dos poderes cometidos à administração central.
(C) a existência da possibilidade de a administração pública criar obrigações jurídicas aos particulares de forma unilateral.
(D) que a legalidade informa a maneira como são produzidos e executados os atos administrativos.
(E) que a fonte primária do direito administrativo é a lei, e não o precedente.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - COREN-CE - ENFERMEIRO FISCAL - EDITAL Nº 1)

Para a configuração de ilícito civil de ordem patrimonial praticado pelo Estado, é necessário que haja

(A) relação de causalidade entre a ação ou omissão e o dano verificado.

(B) conduta humana de responsabilidade dolosa praticada por servidor público.

(C) desequilíbrio de ordem econômica.

(D) relação jurídica com terceiro.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - ANALISTA DE GESTÃO DE TIC)

Suponha que Ana, servidora do Tribunal de Justiça, agindo no exercício de suas funções administrativas, tenha causado dano a João.

Nessa situação hipotética, caso João pretenda ajuizar ação judicial requerendo indenização em face do Estado, a responsabilidade civil

(A) será subjetiva, por meio de ação de regresso.

(B) não será possível, porque o Estado não responde pelos atos de seus agentes, devendo João ajuizar ação diretamente contra Ana.

(C) será objetiva, independentemente de dolo ou culpa.

(D) será subsidiária, se comprovado dolo ou culpa.

(E) não será possível, porque o Brasil adota a teoria da irresponsabilidade estatal.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PREFEITURA DE ARACAJU - SE - AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - GERAL)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os seguintes itens.

I O caso fortuito e a força maior são causas que excluem a responsabilidade civil do Estado.

II Particular pode propor ação de indenização contra um servidor público que, no exercício da sua função pública, dolosamente lhe tenha causado prejuízo, dada a sua legitimidade passiva.

III O Brasil adota a teoria do risco administrativo, segundo a qual o prejudicado deve identificar a conduta culposa do agente público para lhe imputar a responsabilização.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - SEFAZ-RR - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS)

A caracterização de responsabilidade civil do Estado por dano causado por indivíduo que fugiu do sistema prisional

(A) é inconstitucional, por ser expressamente vedada pela Constituição Federal de 1988.

(B) mostra-se juridicamente impossível, em razão da ausência de conduta administrativa quando ocorre fuga de presídio.

(C) deve ser reconhecida com base no risco integral, teoria amplamente adotada pela doutrina e pela jurisprudência nessa hipótese.

(D) somente deve ser admitida se comprovado dolo específico de agente da administração em colaboração com a fuga.

(E) depende da demonstração de nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta danosa praticada pelo infrator.

5. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - COREN-SE - ENFERMEIRO FISCAL)

Considere que, no exercício da função pública, determinado servidor público tenha praticado ato comissivo que veio a ocasionar prejuízo a terceiro. Nessa hipótese, o Estado

(A) não deverá ser responsabilizado visto a culpa ser do agente público.

(B) poderá ser responsabilizado de forma objetiva.

(C) poderá ser responsabilizado, desde que demonstrado dolo ou culpa.

(D) e o agente público deverão ser responsabilizados de forma solidária.

6. (CESGRANRIO - 2016 - ANP - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Um servidor público efetivo, exercendo atividade de motorista de caminhão de propriedade de autarquia federal, em determinado dia, colidiu com o veículo conduzido por uma senhora, causando-lhe danos pessoais e materiais. Foi constatada a culpa do servidor, vez que dirigia embriagado no momento do evento. No âmbito da responsabilidade civil do Estado,

- (A) haverá responsabilidade objetiva do servidor.
- (B) haverá responsabilidade por risco integral da autarquia.
- (C) ocorrerá a responsabilidade subjetiva da autarquia.
- (D) será o servidor objeto de responsabilização, regressivamente.
- (E) terá o servidor de indenizar a vítima por danos materiais, e terá a autarquia de indenizá-la por danos pessoais.

7. (CESGRANRIO - 2014 - EPE - ADVOGADO)

O agente público, após ser condenado por crime cometido contra cidadão, havendo o trânsito em julgado da sentença penal e tendo o Estado pago a indenização à vítima, deve promover a denominada ação de:

- (A) culpabilização
- (B) revisão
- (C) substituição
- (D) regresso.
- (E) sub-rogação

8. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - CONHECIMENTOS BÁSICOS - ÁREAS 1, 2, 3, 4 E 5)

Para a configuração da responsabilidade civil do Estado, uma vez que a Constituição Federal prevê que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, exige-se a ocorrência de alguns requisitos, exceto:

- (A) nexos causal entre o *eventus damni* e a conduta do agente público ou do prestador de serviço público.
- (B) ocorrência do dano.
- (C) oficialidade da conduta lesiva.
- (D) culpa exclusiva da vítima.
- (E) ação ou omissão administrativa.

9. (ESAF - 2016 - ANAC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, eleger a opção que contenha a sequência correta.

() Segundo a teoria do risco integral, basta a existência do evento danoso e do nexos causal para que surja a obrigação de indenizar para o Estado, admitindo-se, porém, a alegação de excludentes de responsabilidade em sua defesa.

() Toda a administração pública, direta e indireta, está abrangida pelo § 6º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado na modalidade de risco administrativo.

() Há responsabilidade civil objetiva nas empresas que prestam serviço público mesmo em relação aos danos que sua atuação cause a terceiros não usuários do respectivo serviço público.

() O agente causador do dano, cuja conduta foi imputada à pessoa jurídica, a qual está vinculado somente será responsabilizado se for comprovado que ele atuou com dolo ou culpa, ou seja, sua responsabilidade é subjetiva na modalidade culpa comum.

- (A) V, F, V, F
- (B) F, V, F, V
- (C) V, V, F, F
- (D) F, F, F, V
- (E) F, F, V, V

10. (FCC - 2021 - DPE-GO - DEFENSOR PÚBLICO)

A passagem da doutrina da responsabilidade subjetiva para a da responsabilidade objetiva do Estado, na Administração Pública, foi marcada pela teoria da responsabilidade

- (A) por culpa do patrão.
- (B) pela falta do serviço.
- (C) em razão do império.
- (D) por fato de terceiro.
- (E) por nexos de causalidade.